

MULHERES EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA E SOFRIMENTO PSÍQUICO: UM ESTUDO SOBRE OS CUIDADOS NO CAMPO DA SAÚDE MENTAL

Ana Paula Gonçalves Alcântara Alves (PIC), Camilla Saldanha Souza (PIC), Daniele de Andrade Ferrazza (Orientadora). E-mail: ra130321@uem.br

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Humanas Letras e Artes, Maringá, PR.

Área e subárea do conhecimento: Psicologia/Psicologia Social.

Palavras-chave: CAPS; Saúde mental e gênero; Estudos feministas.

RESUMO

O presente trabalho aborda a temática da violência vivenciada por mulheres e que são atendidas em serviços de saúde mental. Nessa perspectiva, o objetivo desta pesquisa é investigar como o sofrimento psíquico vivenciado por mulheres, em situação de violência de gênero, tem sido compreendido por profissionais da equipe de saúde de um Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) de uma cidade do Paraná e quais os cuidados e encaminhamentos realizados. A presente pesquisa, qualitativa do tipo exploratória, está dividida em dois momentos. No primeiro, foi realizada uma revisão da literatura feminista e no segundo momento, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com profissionais da saúde de um CAPS. Conclui-se com esta pesquisa que os profissionais da área da saúde ainda apresentam despreparo em certos aspectos: como na falta de protocolo para atender demandas de violência doméstica, assim como no desconhecimento acerca das políticas públicas e leis destinadas às mulheres.

INTRODUÇÃO

A violência de gênero constitui-se como um fenômeno histórico-social que assume diferentes formas, atravessando classes sociais, raça-etnias, culturas, tempo e espaço (Rosa; Brito, 2009). As modalidades de violência doméstica previstas na Lei n. 11.340/2006 – Lei Maria da Penha –, são: a violência psicológica, sexual, física, patrimonial e moral. Diante do atual cenário, com a ascensão de movimentos ultraconservadores, do desmonte de políticas públicas e do aumento da letalidade das violências contra mulheres no país (Bueno, 2023), esta pesquisa buscou compreender o cuidado oferecido por profissionais de um CAPS do interior do Paraná às mulheres em situação de violência de gênero, com especial atenção aos encaminhamentos aos serviços da Rede de Enfrentamento à Violência contra Mulheres do município.

MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo exploratória dividida em dois momentos. Primeiramente, realizou-se uma revisão do estado da arte para mapear a produção acadêmica sobre estudos feministas e compreender como outros trabalhos abordam a relação entre saúde mental e gênero. O levantamento realizado nas plataformas SciELO Brasil, Google Acadêmico e Periódicos de Psicologia (PePsic), identificou 36 produções, das quais 21 foram selecionadas e analisadas por sua convergência temática com esta pesquisa. No segundo momento, foram realizadas quatro entrevistas semiestruturadas com profissionais da equipe de saúde de um CAPS no interior do Paraná — um médico psiquiatra, uma psicóloga, uma técnica de enfermagem e uma assistente social —, seguindo roteiro específico, com gravação, transcrição e preservação do sigilo mediante assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. As análises das entrevistas resultaram em quatro categorias sobre a violência contra mulheres nos serviços de saúde mental, que são elas: Percepções dos Profissionais de Saúde Acerca da Violência Contra as Mulheres, Atuação dos Profissionais de Saúde de um CAPS II Frente à Violência Doméstica, Conhecimentos a Respeito das Políticas Públicas e das Leis Destinadas ao Enfrentamento da Violência Contra Mulheres e Articulação com a Rede de Enfrentamento à Violência e os Desafios Enfrentados.

Ressalta-se que o estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade Estadual de Maringá (CAAE: 68739223.6.0000.0104; número do parecer de aprovação: 6.064.977).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tabela 1: Dados dos profissionais entrevistados

Profissional	Idade	Escolaridade/ Especialização	Vínculo com o CAPS	Tempo de Serviço	Horas trabalhadas
Médico	37	Ensino Superior	Contrato temporário	3 anos	15h
Psicóloga	36	Ensino Superior	Concurso efetivo	4 anos	30h
Técnica de enfermagem	48	Ensino Técnico	Concurso efetivo	10 anos	30h
Assistente social	32	Ensino Superior	Concurso efetivo	2 anos	30h

Foi possível identificar na primeira categoria de análise que retrata às percepções dos profissionais de saúde acerca da violência contra às mulheres, que

os entrevistados conseguem relacionar o sofrimento psíquico às diversas sobrecargas que perpassam a vida da mulher em sociedade. Também reconhecem como a construção social de gênero e os papéis tradicionalmente atribuídos ao feminino atravessa as inúmeras violências que as mulheres vivenciam, e que estão relacionadas ao dispositivo do casamento, as pressões estéticas e o etarismo. Para a assistente social entrevistada, a violência de gênero inicia antes mesmo da agressão e advém de uma estrutura patriarcal presente em nossa sociedade que elenca padrões de comportamentos aceitáveis para cada gênero.

A respeito da atuação dos profissionais dentro dos serviços de saúde, que pode ser analisada na segunda categoria, observa-se que a falta de capacitações ainda é um aspecto problemático. A técnica de enfermagem afirmou que nunca havia feito uma capacitação voltada ao tema da violência de gênero e que essas formações acabam sendo restritas muitas vezes aos profissionais da área *psí*, apesar de todos os profissionais de saúde serem encarregados de realizar o acolhimento inicial de usuárias do serviço de saúde mental. Além disso, a falta de protocolos para atender demandas de violência doméstica dentro do CAPS e a confusão entre os termos de denúncia e de notificação compulsória de casos de violência poderiam ser sanados com cursos de capacitações sobre o tema. O profissional entrevistado da área da psiquiatria não soube reconhecer de maneira correta a diferença existente entre denúncia e notificação, confusões também apontadas em outras pesquisas (Kind *et al.*, 2013).

Na terceira categoria de análise, que se refere aos conhecimentos a respeito das políticas públicas e leis destinadas ao enfrentamento da violência, dois profissionais não apresentaram familiaridade com as políticas públicas e leis voltadas ao atendimento de mulheres em situação de violência, e se ativeram a um conhecimento pautado no senso comum em que limitava o encaminhamento para a delegacia da mulher. O médico psiquiatra, afirmou “que a Lei Maria da Penha não é para mulher” (*Médico Psiquiatra, 37 anos, entrevista realizada em 16/10/2024*), discursos semelhantes também foram identificados em entrevistas com profissionais da saúde de um CAPS, conforme pesquisa realizada por Pedrosa e Zanello (2016). Dessa maneira, os profissionais que detinham maior familiaridade com as políticas públicas voltadas às mulheres eram os profissionais da psicologia e da assistência social.

Na quarta categoria de análise que visa entender a articulação e os encaminhamentos realizados aos serviços da Rede de Enfrentamento à Violência contra Mulheres, foi possível notar relatos de falta de estrutura dos serviços para atender a demanda de mulheres, o que tem acarretado em dificuldades no atendimento das mulheres em situação de violência. Os entrevistados também relataram que os profissionais de outros serviços da rede apresentam estigmas e preconceitos das usuárias atendidas no CAPS, o que pode implicar em um cuidado psicossocial e jurídico prejudicado.

CONCLUSÕES

A análise evidenciou que, embora profissionais de um CAPS reconheçam a sobrecarga feminina e a relação entre gênero e violência, ainda há despreparos na identificação e no cuidado de mulheres em situação de violência. Além disso, o desconhecimento de leis e políticas públicas de garantia de direitos das mulheres, dificultam as diferenciações sobre notificação compulsória e denúncia, o que prejudica a articulação com a Rede de Enfrentamento à Violência contra Mulheres e compromete o atendimento adequado. Observou-se a tendência de atribuir esses casos apenas à psicologia e à assistência social, reproduzindo estigmas e preconceitos, por vezes, responsabilizando as próprias mulheres pela violência sofrida, além de resistência em acolher aquelas que apresentam intenso sofrimento psíquico. O estudo sugere a implementação de protocolos ministeriais sobre atendimento às mulheres em situação de violência, propõe a qualificação dos profissionais dos serviços de saúde para a promoção de acolhimentos e encaminhamentos adequados, com intuito de reduzir o risco de revitimização de mulheres. Além disso, ressalta-se que, apesar da pesquisa ter sido realizada em apenas um serviço da Rede de Atenção Psicossocial, as análises poderão contribuir para o aprofundamento em novas pesquisas e inovações governamentais para fortalecer políticas públicas psicossociais e jurídicas voltadas às mulheres em situação de violência.

REFERÊNCIAS

- BUENO, S *et al.* **Visível e invisível**: a vitimização de mulheres no Brasil. 4. ed. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2023. Relatório.
- KIND, L. ; ORSINI, M. L. P. ; NEPOMUCENO, V. ; GONÇALVES, L. ; SOUZA, G. A. ; FERREIRA, M. F. F. Subnotificação e (in)visibilidade da violência contra mulheres na atenção primária à saúde. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 9, p. 1805-1815, 2013.
- PEDROSA, M. ; ZANELLO, V. (In) visibilidade da violência contra as mulheres na saúde mental. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, Brasília, v. 32, n. esp., p. 1-8, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/8DzJKKXHyL9kbgddQ9Ns9Xd/?lang=pt>. Acesso em: fev. 2024.
- ROSA, A. R. ; BRITO, M. J. Ensaio sobre Violência Simbólica nas Organizações. **Organizações & Sociedade**, Salvador, v. 16, n. 51, p. 629-646, 2009.